



Nota Técnica SEI nº 1106/2025/MPS

REFERÊNCIA: Of. Pres. nº 213/25-CFT

INTERESSADO: Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

ASSUNTO: Estimativa do impacto orçamentário-financeiro da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021

Processo nº 10128.050119/2025-15

- I - RELATÓRIO

1. O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados solicitou ao Ministro da Previdência Social, pelo Of. Pres. nº 213/25-CFT (SEI 55553160), estimativas do impacto orçamentário-financeiro da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021. Essa Emenda, que visa alterar o art. 198 da Constituição Federal para estabelecer o Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias e a aposentadoria especial e exclusiva, foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda apreciação pelo Senado Federal.

2. No Ofício, consta que o relator da proposta na Comissão Especial da Câmara destinada à sua análise, apresentou à CFT o Requerimento nº 102/2025, que foi aprovado, solicitando os seguintes esclarecimentos quanto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Agentes de Combate às Endemias (ACE), Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN):

1. Como o Ministério acompanha o quantitativo de ACSS, ACEs, AISs e AISANs? Existe alguma base de dados atualizada constantemente? Quais dados são registrados e armazenados referentes às referidas categorias?
 - a. Qual o número total de tais agentes atualmente em atuação no sistema de saúde brasileiro?
 - b. Qual a distribuição geográfica desses agentes por região, estado e município de atuação?
 - c. Quais os anos de ingresso desses agentes no sistema, permitindo avaliar o tempo médio de experiência?
 - d. Como é composta a estrutura remuneratória desses profissionais, incluindo salário médio e eventuais complementações salariais ou benefícios?
 - e. Qual o perfil demográfico dos agentes, abrangendo faixa etária e sexo?
 - f. Qual o tipo de vínculo empregatício de cada agente (estatutário, celetista ou outra modalidade)?
2. Projeção sobre o número de agentes potencialmente elegíveis à aposentadoria nos próximos anos, caso a PEC nº 14, de 2021, seja promulgada nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados.
3. Demonstração de como essas projeções impactam os cálculos atuariais do Regime Geral de Previdência Social e dos Regimes Próprios dos entes subnacionais.
4. Estimativa de impacto financeiro e orçamentário para sub decorrente de eventual implementação do disposto no texto da PEC 14/2021 aprovado pela Câmara dos Deputados.

3. Ao final, com base nos arts. nº 129 a 139 da Lei nº 15.080 de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025), foi solicitada a estimativa atualizada do impacto orçamentário-financeiro que decorreria da promulgação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021, acompanhada da respectiva memória de cálculo, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

4. Os autos foram encaminhados a este Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS) por meio do Despacho nº 940/2025/SRPC-MPS (SEI 55661349), do Gabinete da Secretaria de Regime Próprio e Complementar, para conhecimento e providências. Foi solicitada a manifestação também do Departamento do Regime Geral de Previdência Social (DRGPS) (SEI 55675102).

5. É o relatório.

- II - INFORMAÇÕES

6. De início, registra-se que o DRPPS já prestou informações de fato e de direito sobre a PEC nº 14, de 2021, na Nota Técnica SEI nº 591/2025/MPS, atendendo a pedido do Relator da Proposta na Comissão Especial da Câmara, conforme Anexo I a esta Nota (SEI nº 55719994).

7. Para atendimento à solicitação destes autos, a Coordenação Geral de Atuária e Investimentos elaborou cálculos para atendimento da demanda, considerando os dados disponíveis, conforme esclarecimentos da Nota Técnica 1065/2025/MPS (Anexo II - SEI 55883436), que são a fonte das informações descritas nos itens a seguir, que representam os questionamentos.

1) QUANTITATIVO DE ACSS, ACES, AISS E AISANS, BASE E TIPOS DE DADOS REGISTRADOS E ARMAZENADOS

REFERENTES A ESSAS CATEGORIAS:

- a. Número total de tais agentes atualmente em atuação no sistema de saúde brasileiro.
- b. Distribuição geográfica desses agentes por região, estado e município de atuação.
- c. Anos de ingresso desses agentes no sistema, permitindo avaliar o tempo médio de experiência.
- d. Composição da estrutura remuneratória desses profissionais.
- e. Perfil demográfico dos agentes, abrangendo faixa etária e sexo.
- f. Tipo de vínculo empregatício de cada agente (estatutário, celetista ou outra modalidade).

8. No âmbito do RPPS, que ampara os servidores titulares de cargos efetivos, a base cadastral dos servidores é de responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que são os mantenedores desses regimes. Portanto não há base de dados central dos ACSs, ACEs, AISs e AISANs com o nível de detalhamento requerido. Inclusive, a elaboração das avaliações atuariais anuais no âmbito dos RPPS considera a totalidade da massa de segurados vinculados ao regime específico de cada ente federativo, contemplando os dados cadastrais, funcionais, salariais e históricos individuais dos segurados.

9. Para a realização de cálculos em resposta aos questionamentos, foram utilizadas as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), que permitem relacionar o total de vínculos ativos de ACS e de ACE no Brasil com a folha de remunerações observada no RPPS da União. A partir dessa relação, foi construído um coeficiente de ajuste, aplicado posteriormente às projeções atuariais, de modo a refletir os custos estimados no conjunto dos entes federativos. Considerando que não há base de dados central desses agentes, visto que a gestão de pessoal e dados cadastrais é de competência de cada ente, e que os dados disponíveis do RPPS da União abrangem apenas os agentes de endemias, tornou-se necessário adotar uma metodologia de extrapolação para estimar os custos previdenciários potenciais em todo o país.

10. A Consulta ao CNES apresentou a distribuição do número de agentes em atividade em todos os municípios brasileiros. Na competência agosto de 2025, foram contabilizados, entre vínculos com RGPS e com RPPS, um total de 366.612 agentes ativos no país. Na mesma competência citada, 230.842 vínculos previdenciários eram com RPPS e 135.770 com o RGPS.

11. Para assegurar consistência histórica às informações, as datas de ingresso no serviço público no ente, na carreira e no cargo foram uniformizadas para 12 de junho de 2006. Essa escolha decorre da Emenda Constitucional nº 51/2006, que autorizou a admissão de ACS e ACE mediante processo seletivo público, em substituição ao concurso tradicional, devido à especificidade de suas funções. A regulamentação ocorreu pela Lei nº 11.350/2006, posteriormente alterada pela Lei nº 13.026/2014, que criou o Quadro em Extinção de Combate às Endemias e transformou os empregos públicos então existentes em cargos estatutários regidos pela Lei nº 8.112/1990. Embora a base de dados atual já reflita essa transformação, optou-se por adotar 2006 como marco de ingresso, alinhando as estimativas ao contexto jurídico original da categoria. Além disso, um marco único gera conservadorismo e simplificação nas estimativas, além de não ser possível recuperar datas reais de ingresso por ausência de base central.

12. A consulta à RAIS forneceu dados sobre a remuneração média desses profissionais por município. **As estimativas apontam que, em 31 de dezembro de 2023, a média salarial dos ACS era de R\$ 3.479,73 e dos ACE de R\$ 3.799,33. A média ponderada entre as duas categorias resultou em R\$ 3.514,38.**

13. A RAIS não permite distinguir os agentes segundo o regime jurídico de vínculo, seja celetista (CLT) ou estatutário (RJU). Contudo, nos termos da consulta CNES, na competência citada, eram 230.842 vínculos com os RPPS e 135.770 vínculos com o RGPS.

2) PROJEÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AGENTES POTENCIALMENTE ELEGÍVEIS À APOSENTADORIA NOS PRÓXIMOS ANOS, CASO A PEC Nº 14, DE 2021, SEJA PROMULGADA NOS TERMOS APROVADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

14. De acordo com o que foi informado no item anterior, não é possível apresentar uma projeção do número de servidores titulares de cargo efetivo de agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias elegíveis à aposentadoria em cada ente federativo. Isso ocorre porque a base cadastral dos servidores é de responsabilidade de cada ente federativo mantenedor de RPPS, ou seja, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cada ente possui autonomia para organizar, manter e atualizar suas informações cadastrais e funcionais. Os cálculos atuariais enviados ao MPS anualmente não são segmentados por categorias específicas de servidores, mas realizados com base na massa global de todos os servidores vinculados ao regime, o que inviabiliza uma estimativa considerando dados locais detalhados.

15. O art. 47 da Portaria MPT nº 1.467, de 2022 que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019, dispõe que "Art. 47. A avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem **todos os segurados e beneficiários do RPPS**, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo." (grifamos)

16. Porém, a limitação não impediu que fosse realizado o cálculo do impacto do déficit atuarial causado pela PEC. Nas simulações, foi levado em conta não apenas a antecipação das despesas com aposentadoria antecipadas (passivo do regime), mas também a redução das receitas com arrecadação de contribuição dos servidores ativos (ativo do regime), conforme explicitado no próximo item desta Nota Técnica.

3) DEMONSTRAÇÃO DE COMO AS PROJEÇÕES IMPACTAM OS CÁLCULOS ATUARIAIS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DOS REGIMES PRÓPRIOS DOS ENTES SUBNACIONAIS

17. Para o cálculo do impacto de déficit atuarial, foram considerados os agregados de vínculos de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate a endemias, apresentados no CNES, dos quais 63% são referentes aos RPPS e 37%, do RGPS.

18. A estimativa de impacto de déficit atuarial decorrente da aprovação da PEC é de aproximadamente R\$ 28,11 bilhões, estimado pela expectativa de sobrevida dos segurados, sem considerar os efeitos retroativos para as aposentadorias já concedidas. Para os servidores que irão se aposentar, considera-se que se aposentarão pela primeira regra disponível — seja pelas normas atualmente vigentes ou pela nova hipótese de aposentadoria após 25 anos de efetivo exercício no cargo, conforme previsto na PEC. Na situação atual, as receitas acumuladas são de R\$ 22,92 bilhões, frente a despesas de R\$ 82,38 bilhões, gerando uma insuficiência de R\$ 59,46 bilhões.

19. Foram calculadas as despesas acumuladas dos dez próximos anos caso a PEC seja aprovada, considerando os dados do estudo relativos ao RGPS e RPPS com base nos fluxos atuariais projetados, (em valores nominais e sem aplicação de correção inflacionária). Na simulação da aprovação da PEC, as receitas são de R\$ 16,98 bilhões e as despesas de R\$ 101,16 bilhões, com insuficiência acumulada de R\$ 84,18 bilhões. Assim, estima-se que a proposta represente um acréscimo de R\$ 24,72 bilhões nos gastos do RGPS e dos RPPS ao longo da primeira década. Esse montante poderá ser ampliado caso os efeitos da PEC sejam estendidos aos atuais aposentados.

20. Foi simulado o impacto da aposentadoria com apenas 25 anos no cargo em comparação com as regras vigentes. O primeiro cenário considera exclusivamente as condições atuais de elegibilidade (Tabela 1, coluna A). O segundo cenário (Tabela 1, coluna B) avalia a situação em que, para cada servidor, é adotada a primeira condição de aposentadoria alcançada, seja pelas regras vigentes ou pela elegibilidade após 25 anos de efetivo exercício no cargo. **A Tabela 1** sintetiza os resultados dessa comparação, evidenciando as diferenças no ativo (receitas projetadas), no passivo (compromissos futuros) e no déficit atuarial entre os dois cenários.

Tabela 1 – Comparativo do Balanço Atuarial em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade (Grupo Fechado, Geração Atual, Juros de 4,82% a.a.) - Valores em Reais

CONTAS DO ATIVO	2025	2025	VARIACÃO	%
	Situação Atual	1ª Elegibilidade		
	(A)	(B)	(B-A)	
Valor Presente Atuarial das Contribuições	372.289.975,00	274.302.046,00	-97.987.929,01	-26,32
Sobre salários	369.768.810,19	271.780.889,86	-97.987.920,33	-26,50
Sobre Benefícios	2.521.164,81	2.521.156,13	-8,67	0,00
Deficit Atuarial	2.916.782.369,17	3.453.708.776,13	536.926.406,96	18,41
Total	3.289.072.344,18	3.728.010.822,13	438.938.477,96	13,35
CONTAS DO PASSIVO				
	Situação Atual	1ª Elegibilidade	VARIACÃO	%
	(A)	(B)	(B-A)	
Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	478.521.840,00	478.521.840,00	0,00	0,00
Aposentadorias	197.606.166,74	197.606.166,74	0,00	0,00
Pensões	280.915.673,26	280.915.673,26	0,00	0,00
Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	2.810.550.504,18	3.249.488.982,13	438.938.477,96	15,62
Aposentadorias	2.563.414.693,77	2.989.226.543,41	425.811.849,65	16,61
Pensões	247.135.810,41	260.262.438,72	13.126.628,31	5,31
Total	3.289.072.344,18	3.728.010.822,13	438.938.477,96	13,35

FONTE: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

21. Do lado do **ativo**, observa-se uma redução significativa nas receitas futuras. Projeta-se uma redução estimada das contribuições de aproximadamente R\$ 372,29 milhões (na situação atual) para R\$ 274,30 milhões (na simulação). **Esses números representam uma queda de R\$ 97,99 milhões da arrecadação, equivalente a 26,32%.** Essa diminuição é explicada pela redução das contribuições sobre salários, que recuam 26,50%, uma vez que os servidores se aposentam mais cedo e, portanto, contribuem por menos tempo. As contribuições incidentes sobre benefícios permanecem praticamente estáveis, demonstrando pouca sensibilidade à mudança de elegibilidade.

22. No **passivo**, os benefícios já concedidos representam R\$ 478,52 milhões. Estima-se que o impacto nos benefícios a conceder de R\$ 2,81 bilhões para R\$ 3,25 bilhões, um **acréscimo de R\$ 438,94 milhões, ou 15,62%.** Esse crescimento decorre principalmente das aposentadorias futuras, que sobem 16,61%, enquanto as pensões apresentam aumento de 5,31%. Isso evidencia que a antecipação da aposentadoria pressiona o volume de benefícios futuros a serem pagos.

23. Quando se combinam receitas e despesas, o efeito global é uma piora significativa no déficit atuarial. **O desequilíbrio entre ativos e passivos passa de R\$ 2,92 bilhões para R\$ 3,45 bilhões, representando um acréscimo de R\$ 536,93 milhões, ou 18,41%. Em termos agregados, o total do balanço atuarial evolui de R\$ 3,29 bilhões para R\$ 3,73 bilhões, refletindo um aumento de R\$ 438,94 milhões, ou 13,35%.**

24. Cabe mencionar que o resultado atuarial é sensível às variações das premissas utilizadas, especialmente taxa de juros, mortalidade e crescimento salarial, que impactam diretamente a evolução das receitas, das despesas e, consequentemente, da insuficiência financeira ao longo do tempo.

25. A Tabela 2 apresenta a projeção atuarial de receitas e despesas do plano previdenciário para os próximos dez anos, comparando dois cenários: a situação atual e a simulação com aposentadoria após 25 anos de efetivo exercício no cargo. O objetivo é evidenciar como a alteração das regras afeta a evolução do equilíbrio financeiro ao longo do tempo, permitindo observar não apenas o impacto imediato no balanço atuarial, mas também a trajetória da insuficiência financeira no médio prazo.

Tabela 2 – Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 10 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª Elegibilidade

Ano	Situação Atual (A)			1ª Elegibilidade (B)			(B-A)		
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)
2025	50.056.802,03	93.384.414,97	43.327.612,94	50.037.738,43	93.429.936,30	43.392.197,87	-19.063,61	45.521,32	64.584,93
2026	50.259.108,52	103.948.514,10	53.689.405,58	50.221.946,41	104.035.485,28	53.813.538,88	-37.162,11	86.971,19	124.133,30
2027	50.435.675,51	113.433.195,84	62.997.520,33	50.381.499,18	113.557.212,07	63.175.712,89	-54.176,34	124.016,23	178.192,56
2028	50.582.699,54	123.622.935,72	73.040.236,17	50.512.691,53	123.778.212,23	73.265.520,70	-70.008,01	155.276,51	225.284,52
2029	50.697.521,77	135.035.856,68	84.338.334,90	50.612.945,78	135.216.097,88	84.603.152,11	-84.575,99	180.241,21	264.817,20
2030	50.726.799,22	148.923.097,87	98.196.298,65	50.629.049,35	149.119.809,48	98.490.760,12	-97.749,87	196.711,60	294.461,48
2031	43.411.866,04	181.044.944,84	137.633.078,80	21.523.257,04	247.930.821,29	226.407.564,26	-21.888.609,00	66.885.876,46	88.774.485,46
2032	36.516.512,76	212.678.232,83	176.161.720,07	152.709,51	325.733.815,25	325.581.105,74	-36.363.803,25	113.055.582,42	149.419.385,67
2033	30.840.430,51	224.419.542,02	193.579.111,51	151.624,42	321.931.653,57	321.780.029,14	-30.688.806,09	97.512.111,54	128.200.917,63
2034	24.382.949,94	237.334.455,54	212.951.505,59	150.605,09	317.830.000,37	317.679.395,28	-24.232.344,85	80.495.544,83	104.727.889,68

Fonte: MPF/CBPC/DRPPS/CGAAI/CGAAT

26. Pelos resultados, nota-se que, no cenário atual, as receitas, embora insuficientes, apresentam um nível mais elevado e contribuem para atenuar a diferença em relação às despesas. Já no cenário decorrente da PEC, as receitas projetadas diminuem em função da redução no tempo de contribuição, enquanto as despesas aumentam devido à antecipação das aposentadorias. Essa combinação amplia a insuficiência financeira ano a ano, resultando em um déficit progressivamente maior ao longo da década analisada.

27. Portanto, o fluxo atuarial mostra de forma clara que a adoção da regra de 25 anos no cargo não afeta apenas o valor total do déficit atuarial, mas também acelera a deterioração do equilíbrio financeiro no tempo, exigindo maior esforço de financiamento do plano.

Coefficiente de extrapolação:

28. Para estimar o impacto atuarial no conjunto dos entes federativos, foi utilizado um coeficiente de extrapolação que relaciona a folha anual de remunerações da RAIS/CNES com a folha anual dos agentes vinculados ao RPPS da União. O cálculo foi realizado da seguinte forma:

$$\text{Folha Anual RAIS/CNES} = 13 \times \text{Quantitativo de Agentes em Atividades} \times \text{Remuneração Média}$$

$$\text{Folha Anual RAIS} = 13 \times 366.612 \times 3.514,38 = \text{R\$ } 16.749.380.447,28$$

$$\text{Folha Anual dos Agentes RPPS} = 13 \times \text{R\$ } 24.613.900,16 = \text{R\$ } 319.980.702,08$$

$$\text{Coeficiente} = \frac{16.749.380.447,28}{319.980.702,08} \approx 52,34$$

29. Esse coeficiente de 52,34 foi utilizado para ajustar todas as projeções apresentadas no balanço atuarial e fluxo atuarial. Os resultados são apresentados a seguir.

Coefficientes de RGPS e RPPS:

30. Para tentar estimar o efeito em separado no RGPS e no RPPS, com os dados de vínculos do CNES, foi considerado:

$$\text{Vínculo RGPS} = 135.770$$

$$\text{Vínculo RPPS} = 230.842$$

$$\text{Coeficiente RGPS} = \frac{\text{Vínculos RGPS}}{\text{Total Vínculo RGPS e RPPS}} \approx 37\%$$

$$\text{Coeficiente RPPS} = \frac{\text{Vínculos RGPS}}{\text{Total Vínculo RGPS e RPPS}} \approx 63\%$$

Simulação do Cenário Anterior ajustado pelo coeficiente de extrapolação:

31. A simulação apresentada foi realizada a partir do universo restrito de informações disponíveis no RPPS da União. Para ampliar a análise e estimar de forma mais realista os impactos financeiros e atuariais no conjunto dos entes federativos, aplicou-se o coeficiente de extrapolação construído a partir dos dados da RAIS/CNES.

32. Esse procedimento permitiu ajustar o resultado do cenário anteriormente simulado, de modo a compatibilizar a dimensão nacional dos agentes com a base parcial inicialmente considerada. Nas tabelas a seguir, são comparados o balanço atuarial e o fluxo financeiro projetado para os próximos dez anos sob a situação atual, a 1ª elegibilidade ajustada e a regra de 25 anos no cargo ajustada, possibilitando avaliar a magnitude dos efeitos quando aplicada a totalidade do universo de segurados.

33. A Tabela 3, a seguir, apresenta o comparativo do balanço atuarial em 31/12/2024 para a situação atual e a 1ª elegibilidade à aposentadoria:

Tabela 3 – Comparativo do Balanço Atuarial em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada pelo coeficiente de extrapolação de 52,34 (Segurados Consulta CNES, Grupo Fechado, Geração Atual, Juros de 4,82% a.a.) - Valores em Reais

CONTAS DO ATIVO	2025	2025	VARIAÇÃO (B-A)	%
	Situação Atual (A)	1a Elegibilidade Ajustada (B)		
Valor Presente Atuarial das Contribuições	19.487.507.801,23	14.358.332.536,94	-5.129.175.264,29	-26,32
Sobre salários	19.355.537.503,45	14.226.362.693,17	-5.129.174.810,28	-26,50
Sobre Benefícios	131.970.297,78	131.969.843,77	-454,01	0,00
Deficit Atuarial	152.678.887.400,45	180.784.284.394,52	28.105.396.994,06	18,41
Total	172.166.395.201,69	195.142.616.931,46	22.976.221.729,77	13,35
CONTAS DO PASSIVO	Situação Atual (A)	1a Elegibilidade Ajustada (B)	VARIAÇÃO (B-A)	%
	(A)	(B)		
Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	25.048.211.652,60	25.048.211.652,60	0,00	0,00
Aposentadorias	10.343.688.990,94	10.343.688.990,94	0,00	0,00
Pensões	14.704.522.661,66	14.704.522.661,66	0,00	0,00
Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	147.118.183.549,09	170.094.405.278,86	22.976.221.729,77	15,62
Aposentadorias	134.181.866.815,50	156.470.975.572,27	22.289.108.756,77	16,61
Pensões	12.936.316.733,59	13.623.429.706,59	687.112.973,00	5,31
Total	172.166.395.201,69	195.142.616.931,46	22.976.221.729,77	13,35

34. Na sequência, a Tabela 4 mostra o fluxo atuarial projetado para os próximos dez anos, permitindo observar a evolução anual das receitas, despesas e da insuficiência financeira sob os dois cenários.

Tabela 4 – Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 10 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada

Ano	Situação Atual (A)			1a Elegibilidade Ajustada (B)			TOTAL RECEITAS (A)
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	
2025	2.620.221.831,32	4.888.204.457,53	2.267.982.626,21	2.619.223.947,44	4.890.587.269,84	2.271.363.322,40	-997.883,88
2026	2.630.811.558,55	5.441.181.915,83	2.810.370.357,28	2.628.866.308,84	5.445.734.420,00	2.816.868.111,16	-1.945.249,71
2027	2.640.053.952,64	5.937.657.302,96	3.297.603.350,32	2.637.218.093,94	5.944.148.928,73	3.306.930.834,79	-2.835.858,70
2028	2.647.749.921,13	6.471.038.937,20	3.823.289.016,07	2.644.085.353,95	6.479.166.881,75	3.835.081.527,81	-3.664.567,19
2029	2.653.760.287,29	7.068.447.949,45	4.414.687.662,15	2.649.333.159,50	7.077.882.670,27	4.428.549.510,77	-4.427.127,80
2030	2.655.292.814,64	7.795.375.181,74	5.140.082.367,10	2.650.176.100,55	7.805.672.044,92	5.155.495.944,37	-5.116.714,09
2031	2.272.392.852,17	9.476.792.317,30	7.204.399.465,14	1.126.634.257,07	12.977.931.554,86	11.851.297.297,79	-1.145.758.595,09
2032	1.911.455.787,29	11.132.635.847,51	9.221.180.060,23	7.993.574,70	17.050.526.986,87	17.042.533.412,17	-1.903.462.212,59
2033	1.614.341.428,88	11.747.234.332,35	10.132.892.903,47	7.936.776,06	16.851.502.945,55	16.843.566.169,49	-1.606.404.652,82
2034	1.276.324.798,22	12.423.265.100,64	11.146.940.302,42	7.883.419,13	16.636.802.029,39	16.628.918.610,26	-1.268.441.379,10

FONTE: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

35. Na 1ª elegibilidade ajustada, observa-se uma redução significativa no valor presente atuarial das contribuições, acompanhada de crescimento expressivo do déficit atuarial. Esse comportamento decorre da perda de arrecadação ao longo do tempo e da antecipação de benefícios, que aumentam de forma consistente as obrigações projetadas. O fluxo atuarial confirma essa tendência, com a insuficiência financeira se ampliando ano a ano, refletindo a fragilidade do equilíbrio atuarial nesse cenário.

Simulação do Cenário Anterior ajustado pelo coeficiente de extrapolação e do coeficiente RGPS:

36. A seguir, a Tabela 5 apresenta o comparativo do balanço atuarial em 31/12/2024 para a situação atual e a 1ª elegibilidade ajustada, já incorporando o coeficiente de extrapolação e o coeficiente do RGPS estimado:

Tabela 5 – Comparativo do Balanço Atuarial em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada pelo coeficiente de extrapolação de 52,34 (Segurados Consulta CNES e pelo coeficiente RGPS de 37%, Grupo Fechado, Geração Atual, Juros de 4,82% a.a.) - Valores em Reais

CONTAS DO ATIVO	2025	2025	VARIAÇÃO (B-A)	%
	Situação Atual (A)	1a Elegibilidade Ajustada (B)		
Valor Presente Atuarial das Contribuições	7.216.945.801,48	5.317.422.257,16	-1.899.523.544,33	-26,32
Sobre salários	7.168.072.313,08	5.268.548.936,89	-1.899.523.376,19	-26,50
Sobre Benefícios	48.873.488,40	48.873.320,26	-168,14	0,00
Deficit Atuarial	56.542.646.019,11	66.951.115.326,95	10.408.469.307,83	18,41
Total	63.759.591.820,60	72.268.537.584,10	8.508.945.763,51	13,35
CONTAS DO PASSIVO	Situação Atual (A)	1a Elegibilidade Ajustada (B)	VARIAÇÃO (B-A)	%
	(A)	(B)		
Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	9.276.280.362,00	9.276.280.362,00	0,00	0,00
Aposentadorias	3.830.651.081,52	3.830.651.081,52	0,00	0,00
Pensões	5.445.629.280,48	5.445.629.280,48	0,00	0,00
Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	54.483.311.458,60	62.992.257.222,10	8.508.945.763,51	15,62
Aposentadorias	49.692.514.313,61	57.946.996.698,00	8.254.482.384,39	16,61
Pensões	4.790.797.144,99	5.045.260.524,11	254.463.379,11	5,31
Total	63.759.591.820,60	72.268.537.584,10	8.508.945.763,51	13,35

FONTE: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

37. A Tabela 6 mostra o fluxo atuarial projetado para os próximos dez anos, permitindo observar a evolução anual das receitas, despesas e da insuficiência financeira sob os dois cenários.

Tabela 6 – Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 10 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada RGPS

Ano	Situação Atual (A)			1a Elegibilidade Ajustada (B)			(B-A)		
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)
2025	970.365.176,37	1.810.283.130,93	839.917.954,57	969.995.623,01	1.811.165.574,57	841.169.951,56	-369.553,36	882.443,64	1.251.997,00
2026	974.286.944,52	2.015.071.161,64	1.040.784.217,12	973.566.546,52	2.016.757.122,53	1.043.190.576,01	-720.398,00	1.685.960,88	2.406.358,89
2027	977.709.745,32	2.198.934.383,01	1.221.224.637,69	976.659.521,82	2.201.338.472,43	1.224.678.950,61	-1.050.223,49	2.404.089,42	3.454.312,92
2028	980.559.847,45	2.396.465.354,39	1.415.905.506,94	979.202.722,51	2.399.475.433,25	1.420.272.710,74	-1.357.124,94	3.010.078,86	4.367.203,80
2029	982.785.708,61	2.617.708.034,92	1.634.922.326,30	981.146.179,24	2.621.202.061,42	1.640.055.882,18	-1.639.529,37	3.494.026,51	5.133.555,88
2030	983.353.260,24	2.886.916.108,65	1.903.562.848,41	981.458.351,53	2.890.729.418,40	1.909.271.066,87	-1.894.908,71	3.813.309,75	5.708.218,46
2031	841.551.224,56	3.509.607.140,30	2.668.055.915,74	417.234.386,99	4.806.208.654,39	4.388.974.267,40	-424.316.837,57	1.296.601.514,09	1.720.918.351,66
2032	707.882.863,19	4.122.827.318,85	3.414.944.455,66	2.960.316,73	6.314.441.559,49	6.311.481.242,76	-704.922.546,46	2.191.614.240,64	2.896.536.787,10
2033	597.850.413,51	4.350.435.897,63	3.752.585.484,12	2.939.282,09	6.240.735.586,72	6.237.796.304,63	-594.911.131,42	1.890.299.689,08	2.485.210.820,51
2034	472.670.337,73	4.600.795.125,95	4.128.124.788,22	2.919.522,04	6.161.223.886,64	6.158.304.364,60	-469.750.815,68	1.560.428.760,70	2.030.179.576,38

FONTE: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

Simulação do Cenário Anterior ajustado pelo coeficiente de extrapolação e do coeficiente RPPS:

38. A seguir, a Tabela 7 apresenta o comparativo do balanço atuarial em 31/12/2024 para a situação atual e a 1ª elegibilidade ajustada, incorporando o coeficiente de extrapolação e o coeficiente do RPPS estimado.

Tabela 7 – Comparativo do Balanço Atuarial em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada pelo coeficiente de extrapolação de 52,34 (Segurados Consulta CNES e pelo coeficiente RGPS de 63%, Grupo Fechado, Geração Atual, Juros de 4,82% a.a.) - Valores em Reais

CONTAS DO ATIVO	2025	2025	VARIACÃO	%
	Situação Atual	1a Elegibilidade Ajustada		
	(A)	(B)		
Valor Presente Atuarial das Contribuições	12.270.561.999,75	9.040.910.279,78	-3.229.651.719,97	-26,32
Sobre salários	12.187.465.190,37	8.957.813.756,28	-3.229.651.434,09	-26,50
Sobre Benefícios	83.096.809,38	83.096.523,50	-285,87	0,00
Deficit Atuarial	96.136.241.381,34	113.833.169.067,57	17.696.927.686,23	18,41
Total	108.406.803.381,09	122.874.079.347,35	14.467.275.966,26	13,35
CONTAS DO PASSIVO	Situação Atual	1a Elegibilidade Ajustada	VARIACÃO	%
	(A)	(B)		
	(A)	(B)		
Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos	15.771.931.290,60	15.771.931.290,60	0,00	0,00
Aposentadorias	6.513.037.909,41	6.513.037.909,41	0,00	0,00
Pensões	9.258.893.381,19	9.258.893.381,19	0,00	0,00
Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder	92.634.872.090,49	107.102.148.056,75	14.467.275.966,26	15,62
Aposentadorias	84.489.352.501,89	98.523.978.874,27	14.034.626.372,38	16,61
Pensões	8.145.519.588,60	8.578.169.182,48	432.649.593,88	5,31
Total	108.406.803.381,09	122.874.079.347,35	14.467.275.966,26	13,35

FONTE: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

39. O fluxo atuarial projetado em 31/12/2024 para os próximos 10 anos (Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada RPPS) está representada na Tabela 8, abaixo:

Tabela 8 – Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 10 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada RPPS

Ano	Situação Atual (A)			1a Elegibilidade Ajustada (B)			(B-A)		
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)
2025	1.649.856.654,95	3.077.921.326,59	1.428.064.671,64	1.649.228.324,43	3.079.421.695,26	1.430.193.370,84	-628.330,53	1.500.368,67	2.128.699,20
2026	1.656.524.614,03	3.426.110.754,19	1.769.586.140,16	1.655.299.762,32	3.428.977.297,47	1.773.677.535,15	-1.224.851,71	2.866.543,29	4.091.394,99
2027	1.662.344.207,32	3.738.722.919,95	2.076.378.712,63	1.660.558.572,12	3.742.810.456,30	2.082.251.884,19	-1.785.635,20	4.087.536,35	5.873.171,56
2028	1.667.190.073,68	4.074.573.582,81	2.407.383.509,12	1.664.882.631,43	4.079.691.448,50	2.414.808.817,07	-2.307.442,25	5.117.865,69	7.425.307,94
2029	1.670.974.578,68	4.450.739.914,53	2.779.765.335,85	1.668.186.980,25	4.456.680.608,84	2.788.493.628,59	-2.787.598,43	5.940.694,31	8.728.292,74
2030	1.671.939.554,40	4.908.459.073,09	3.236.519.518,69	1.668.717.749,02	4.914.942.626,52	3.246.224.877,50	-3.221.805,38	6.483.553,43	9.705.358,81
2031	1.430.841.627,61	5.967.185.177,00	4.536.343.549,40	709.399.870,08	8.171.722.900,47	7.462.323.030,39	-721.441.757,52	2.204.537.723,47	2.925.979.480,99
2032	1.203.572.924,10	7.009.808.528,67	5.806.235.604,57	5.033.257,97	10.736.085.427,38	10.731.052.169,41	-1.198.539.666,13	3.726.276.898,71	4.924.816.564,84
2033	1.016.491.015,37	7.396.798.434,72	6.380.307.419,35	4.997.493,97	10.610.767.358,84	10.605.769.864,86	-1.011.493.521,39	3.213.968.924,12	4.225.462.445,51
2034	803.654.460,50	7.822.469.974,69	7.018.815.514,20	4.963.897,09	10.475.578.142,75	10.470.614.245,66	-798.690.563,41	2.653.108.168,05	3.451.798.731,46

4) ESTIMATIVA DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO PARA O EXERCÍCIO CORRENTE E PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES DECORRENTE DE EVENTUAL IMPLEMENTAÇÃO DO DISPOSTO NO TEXTO DA PEC 14/2021

40. O quarto item dos pedidos apresentados no Of. Pres. nº 213/25-CFT (SEI 55553160) refere-se às estimativas do impacto financeiro e orçamentário para o exercício corrente e para os três exercícios subsequentes, ou seja, 2025 a 2028, decorrente de eventual implementação do disposto no texto da PEC 14/2021 aprovado pela Câmara dos Deputados, com fundamento no que dispõem os artigos de nºs 129 a 139 da Lei nº 15.080 de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025).

41. O estudo realizado, demonstrado nos tópicos anteriores desta Nota Técnica, mostrou o impacto para os próximos dez anos, período que permite mais bem observar a evolução do déficit. Essa medida foi adotada diante da necessidade de assegurar maior precisão, consistência e aderência às diretrizes de análise atuarial. Reitera-se que, considerando não existir base de dados central detalhada, foram

utilizados os dados disponíveis do RPPS da União por meio de metodologia de extrapolação para estimar os custos previdenciários potenciais em todo o país.

42. Mesmo assim, em atendimento à demanda, o Despacho nº 58/2025/COAAT/CGAAI/DRPPS/SRPC-MPS (SEI 56194982 - Anexo III desta Nota Técnica e complementar à Nota Técnica 1065/2025/MPS - Anexo II - 56006373) segrega, da tabela 4 reproduzida no tópico anterior, os seguintes dados das projeções de cálculo de impacto financeiro e orçamentário para os exercícios de 2025, 2026, 2027 e 2028 (exercício corrente e três subseqüentes):

Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 4 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada

Ano	Situação Atual (A)			1ª Elegibilidade Ajustada (B)			(B-A)		
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (B)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (B - A)
2025	2.620.221.831,32	4.888.204.457,53	2.267.982.626,21	2.619.223.947,44	4.890.587.269,84	2.271.363.322,40	-997.883,88	2.382.612,31	3.380.696,20
2026	2.630.811.558,55	5.441.181.915,83	2.810.370.357,28	2.628.866.308,84	5.445.734.420,00	2.816.868.111,16	-1.945.249,71	4.552.504,17	6.497.753,88
2027	2.640.053.952,64	5.937.657.302,96	3.297.603.350,32	2.637.218.093,94	5.944.148.928,73	3.306.930.834,79	-2.835.858,70	6.491.625,77	9.327.484,47
2028	2.647.749.921,13	6.471.038.937,20	3.823.289.016,07	2.644.085.353,95	6.479.166.881,75	3.835.081.527,81	-3.664.567,19	8.127.944,56	11.792.511,74

FONTE: MPS/SRPC/DRPPS/CGAAI/COAAT

43. É importante reforçar que os valores acima, até 2028, não decorrem de outra metodologia de cálculo, apenas foram reproduzidos dados já constantes da Tabela 4. Ela demonstra uma número menor que o cálculo decenal porque, quanto mais longo o horizonte, maior tende a ser a insuficiência devido ao envelhecimento dos servidores, aumento dos benefícios concedidos e ao crescimento das despesas acima das receitas. Logo, avaliar apenas 2025-2028 resulta em valores menores que a análise em períodos mais longos. Quando se utiliza apenas um recorte de 4 anos, sem apresentar a curva inteira, a insuficiência parece menor porque a projeção não capta totalmente a tendência de agravamento.

44. O Despacho nº 58/2025/COAAT/CGAAI/DRPPS/SRPC-MPS (Anexo II- 56194982) esclarece que as projeções indicam um cenário de crescente insuficiência financeira nos regimes próprios, mesmo após os ajustes aplicados à primeira elegibilidade. Em 2025, estima-se receita de aproximadamente R\$ 2,62 bilhões e despesa em torno de R\$ 4,89 bilhões, configurando um déficit de R\$ 2,27 bilhões. Para 2026, o déficit projetado aumenta para cerca de R\$ 2,81 bilhões, alcançando R\$ 3,29 bilhões em 2027, e R\$ 3,82 bilhões em 2028, evidenciando uma tendência estrutural de desequilíbrio atuarial.

45. O impacto incremental decorrente do ajuste na elegibilidade - embora reduzido em relação ao déficit total - apresenta crescimento contínuo: R\$ 3,38 milhões em 2025, R\$ 6,49 milhões em 2026, R\$ 9,32 milhões em 2027 e R\$ 11,80 milhões em 2028. Esse comportamento sugere que as alterações nas regras de elegibilidade, como as propostas na PEC nº 14/2021, podem intensificar a insuficiência financeira, sobretudo se acompanhadas pela expansão do quadro de servidores ou pela concessão de reajustes salariais.

46. Portanto, o impacto estimado para o período de 2025 a 2028 corresponde a um incremento de R\$ 31 milhões na insuficiência financeira. A diferença observada em relação à Tabela 4 decorre exclusivamente da ampliação do horizonte temporal, não implicando em alteração metodológica. Apenas foram destacadas as projeções já constantes da Tabela anterior, o que naturalmente resulta em insuficiência menor quando comparado à análise dos 10 anos inicialmente examinados. Ressalta-se, conforme a Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MPS (Anexo II - 55883436), que a projeção indica elevação significativa dessa insuficiência a partir de 2031.

- III -

OUTRAS INFORMAÇÕES

47. A Nota Técnica nº 1065/2025/MPS (Anexo II - SEI 55883436), informa ainda que a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), através do Comunicado nº 13/2025_CNM/BSB, divulgou o impacto a seguir, considerando os dados somente para entes com RPPS, alertando que o passivo pode ser ainda maior ao incluir municípios vinculados ao RGPS:

Tabela 2. O impacto da aposentadoria especial por UF

Impacto atuarial da UF aposentadoria especial dos ACE e ACS		Impacto atuarial da UF aposentadoria especial dos ACE e ACS	
AC	160.254.765	PE	1.823.736.849
AL	891.529.804	PI	759.363.114
AM	401.538.115	PR	933.773.169
AP	16.177.740	RJ	1.047.160.736
BA	1.946.213.096	RN	354.773.236
CE	1.003.123.787	RO	283.332.797
ES	374.933.796	RR	44.193.205
GO	1.236.170.091	RS	768.905.797
MA	684.436.998	SC	576.897.546
MG	2.550.762.404	SE	117.450.753
MS	639.980.486	SP	2.256.618.347
MT	553.049.393	TO	360.155.001
PA	658.550.096	BR	21.231.345.191
PB	788.264.068		

Fonte: Levantamento da CNM

48. Cabe informar ainda que este Departamento solicitou a alguns municípios a elaboração da avaliação dos impactos específicos da eventual aprovação da PEC 14/2021, conforme a redação original da proposta. O RPPS do Município de Manaus encaminhou a este Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social estudo de impacto atuarial elaborado com base nos dados dos agentes locais, que apurou déficit atuarial de R\$ 35.054.234,94 no Fundo Previdenciário e de R\$ 152.540.848,21 no Fundo Financeiro, sem extrapolação.

49. Foi recebido também cálculos do impacto atuarial feito pelo Município de Salvador/BA relativo a 3.371 ocupantes de cargos de Agente de Saúde e Agente Comunitário de Endemias, dentre os quais 3.370 são vinculados ao Fundo Financeiro e 1 ao Fundo Previdenciário. Salvador também levou em conta a base de dados local sem extrapolação e levou em conta a data base de 31/12/2024. A análise atuarial realizada dos impactos a longo prazo da aprovação da PEC nº 14, de 2021, revelou **aumento de R\$ 1.618.382.976,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e oitenta e dois mil e novecentos e setenta e seis reais) no déficit atuarial consolidado do RPPS do município.**

50. O estudo deixou claro que o aumento no déficit ocorrerá em função das regras mais benevolentes aos servidores no acesso e no cálculo do valor dos benefícios segundo a PEC, que aplica ao ACS e ACE regras que foram vedadas aos demais servidores públicos desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, permitindo aposentadorias precoces e valores de benefícios mais elevados. Os impactos atuariais no plano de benefícios do Município de Salvador foram apresentados nas tabelas abaixo:

Impacto atuarial da PEC nº 14/2021 no RPPS do Município de Salvador (versão original da PEC)

TABELA 3 - IMPACTOS DA PEC Nº 14/2021 – FUMPRES-FIN			
RUBRICA	AValiação Oficial	CENÁRIO PEC 14	IMPACTO ATUARIAL
Provisão matemática total	7.624.606.558,28	9.242.800.448,42	1.618.193.890,14
Benefícios a Conceder	1.175.295.07,23	2.793.488.960,37	1.618.193.890,14
Benefícios Concedidos	6.449.311.488,05	6.449.311.488,05	-
Patrimônio	570.964.781,42	570.964.781,42	-
Parcelamentos	7.127.198,37	7.127.198,37	-
Valor Atual do IRRF	-	-	-
Resultado Atuarial	(7.046.514.578,49)	(8.664.708.468,63)	(1.618.193.890,14)
(+)+superávit/(-)-déficit			

TABELA 4 - IMPACTOS DA PEC Nº 14/2021 – FUNDO PREVIDENCIÁRIO			
RUBRICA	AValiação Oficial	CENÁRIO PEC 14	IMPACTO ATUARIAL
Provisão matemática total	(389.492.166,30)	(389.303.079,47)	189.086,83
Benefícios a Conceder	(389.492.166,30)	(389.303.079,47)	189.086,83
Benefícios Concedidos	-	-	-
Patrimônio	57.022.407,71	57.022.407,71	-
Parcelamentos	-	-	-
Valor Atual do IRRF	-	-	-
Resultado Atuarial	446.514.574,01	446.325.487,18	(189.086,83)
(+)+superávit/(-)-déficit			

51. Os RPPS de Manaus e Salvador, assim como quase a totalidade dos demais 2.132 RPPS existentes no país já apresentam déficit atuarial e a eventual aprovação da PEC 14/2021, na redação vigente, agravará o déficit atuarial dos RPPS dos entes federativos municipais.

52. Acrescenta-se, a seguir, a informação do Fluxo Atuarial Projetado para os próximos 80 anos em 31/12/2024: Situação Atual e 1ª elegibilidade ajustada:

Ano	Situação Atual (A)		1ª Elegibilidade Ajustada (B)		(B-A)	
	TOTAL RECEITAS (A)	TOTAL DESPESAS (A)	TOTAL RECEITAS (B)	TOTAL DESPESAS (B)	TOTAL RECEITAS (B)	TOTAL DESPESAS (B)
2025	2.620.221.831,32	4.888.204.457,53	2.267.982.626,21	2.619.223.947,44	4.889.587.269,84	2.271.363.322,40
2026	2.630.811.558,55	5.441.181.915,83	2.810.370.357,28	2.628.866.308,84	5.445.734.420,00	2.816.868.111,16
2027	2.640.053.952,64	5.937.657.302,96	3.297.603.350,32	2.637.218.093,94	5.944.148.928,73	3.306.930.834,79
2028	2.647.749.921,13	6.471.038.937,20	3.823.289.016,07	2.644.085.353,95	6.449.166.881,75	3.835.081.527,81
2029	2.653.760.287,29	7.068.447.949,45	4.414.687.662,15	2.649.333.159,50	7.077.882.670,27	4.428.549.510,77
2030	2.656.292.814,64	7.795.375.185,74	5.140.082.367,10	2.650.176.100,55	7.805.672.044,92	5.155.495.944,37
2031	2.272.392.852,17	9.476.792.317,30	7.204.399.465,14	1.126.634.257,07	12.977.931.554,86	1.185.129.297,79
2032	1.911.455.787,29	11.132.635.847,51	9.221.180.060,23	7.993.574,70	17.042.533.421,11	1.903.462.212,59
2033	1.614.341.429,88	11.787.234.332,35	10.132.892.903,07	7.936.776,06	16.851.502.945,55	1.606.404.652,82
2034	1.276.324.798,22	12.423.265.100,64	11.146.940.302,42	7.883.419,13	16.628.918.610,26	1.268.441.379,10
2035	954.827.853,54	13.034.237.361,18	12.082.370.361,18	7.843.766,39	16.393.665.169,49	-947.001.577,15
2036	630.900.399,18	13.641.021.530,81	13.010.121.331,63	7.764.596,06	16.143.009.113,10	-623.135.803,11
2037	277.969.752,27	14.288.535.621,03	14.010.565.868,76	7.698.113,38	15.874.224.669,41	-270.271.638,89
2038	111.826.570,39	14.440.397.183,94	14.328.570.563,75	7.626.564,58	15.590.516.081,43	-104.200.005,81
2039	42.942.646,58	14.333.385.149,71	14.290.442.503,12	7.549.689,93	15.303.687.596,59	-35.392.956,65
2040	14.169.868,75	14.103.673.559,96	14.089.503.691,21	7.467.237,09	14.989.393.004,05	-6.702.631,66
2041	7.379.023,37	13.781.446.929,93	13.781.446.929,93	7.378.982,80	14.638.037.582,73	-40,57
2042	7.284.750,68	13.444.109.064,48	13.436.824.313,80	7.284.711,84	14.280.570.025,82	-38,84
2043	7.184.264,21	13.079.257.611,41	13.072.073.347,20	7.184.227,18	13.909.119.444,89	-13.909.119,44
2044	7.077.387,65	12.697.387.586,64	12.690.320.198,99	7.077.352,52	13.512.279.723,66	-13.512.279,72
2045	6.963.967,22	12.296.157.311,24	12.289.193.344,02	6.963.964,30	13.094.909.395,10	-13.094.909,39
2046	6.843.872,66	11.876.084.043,23	11.869.240.170,57	6.843.841,53	12.657.505.082,36	-12.657.505,08
2047	6.716.989,09	11.437.917.776,73	11.431.200.778,64	6.716.969,05	12.200.761.645,09	-12.200.761,64
2048	6.583.260,01	10.982.671.851,74	10.976.088.591,74	6.583.233,08	11.725.654.652,13	-11.725.654,65
2049	6.442.677,86	10.511.614.647,63	10.505.171.969,77	6.442.653,09	11.234.424.154,69	-11.234.424,15
2050	6.295.185,51	10.026.312.609,50	10.020.017.422,98	6.295.163,90	10.719.324.807,84	-10.719.324,80
2051	6.140.743,83	9.528.585.841,49	9.522.445.097,66	6.140.723,37	10.204.059.696,82	-10.204.059,69
2052	5.979.306,88	9.026.312.922,45	9.020.288.505,07	5.979.288,53	9.690.980.588,53	-9.690.980,58
2053	5.811.104,61	8.504.723.361,59	8.498.912.240,69	5.811.104,61	9.128.611.563,16	-9.128.611,56
2054	5.636.097,82	7.983.188.010,61	7.977.551.912,79	5.636.083,53	8.579.411.750,50	-8.579.411,75
2055	5.454.405,57	7.459.043.160,71	7.453.168.754,64	5.454.393,10	8.026.475.781,95	-8.026.475,78
2056	5.266.128,53	6.935.324.547,54	6.930.058.419,01	5.266.117,87	7.472.867.237,38	-7.472.867,23
2057	5.071.391,28	6.415.076.740,94	6.410.005.349,66	5.071.382,23	6.921.834.751,04	-6.921.834,75
2058	4.870.369,81	5.901.905.108,88	5.896.634.739,06	4.870.362,23	6.376.735.626,10	-6.376.735,62
2059	4.663.348,47	5.397.879.486,18	5.393.216.137,71	4.663.342,20	5.831.060.842,13	-5.831.060,84
2060	4.450.796,67	4.907.386.976,58	4.902.936.179,91	4.450.791,56	5.318.220.721,01	-5.318.220,72
2061	4.233.419,31	4.433.126.672,23	4.428.893.252,92	4.233.415,21	4.811.558.932,42	-4.811.558,93
2062	4.012.039,18	3.978.109.968,64	3.974.097.929,47	4.012.035,93	4.324.345.024,51	-4.324.345,02
2063	3.787.899,80	3.545.103.940,54	3.541.316.040,74	3.787.897,28	3.859.616.924,21	-3.859.616,92
2064	3.562.606,95	3.136.439.139,12	3.132.876.532,18	3.562.605,02	3.419.960.086,48	-3.419.960,08
2065	3.337.769,09	2.754.026.779,59	2.750.689.010,50	3.337.767,65	3.007.528.773,61	-3.007.528,77
2066	3.115.099,81	2.399.372.146,47	2.396.257.046,66	3.115.098,75	2.624.062.378,22	-2.624.062,37
2067	2.896.370,46	2.073.530.087,25	2.070.633.716,79	2.896.369,69	2.270.813.687,75	-2.270.813,68
2068	2.683.478,38	1.774.088.049,18	1.774.004.570,80	2.683.477,84	1.945.941.965,27	-1.945.941,96
2069	2.478.378,05	1.510.160.684,74	1.507.682.306,69	2.478.377,68	1.657.719.523,15	-1.657.719,52
2070	2.282.839,25	1.272.393.500,57	1.270.110.661,32	2.282.838,96	1.377.894.514,67	-1.377.894,51
2071	2.098.445,13	1.062.985.101,86	1.060.887.165,73	2.098.444,96	1.168.443.722,58	-1.168.443,72
2072	1.926.511,09	880.413.351,40	878.440.43	1.926.509,98	1.068.250.988,52	-1.068.250,98
2073	1.768.033,80	724.022.091,24	722.254.057,44	1.768.033,43	795.604.205,54	-795.604,20
2074	1.623.643,48	591.018.132,09	589.394.488,61	1.623.643,43	647.117.875,51	-647.117,87
2075	1.493.578,60	479.612.374,95	477.958.578,58	1.493.578,53	525.445.534,23	-525.445,53
2076	1.377.683,40	387.565.985,15	386.188.301,75	1.377.683,38	421.983.004,32	-421.983,00
2077	1.275.429,27	312.569.023,33	311.293.594,05	1.275.429,27	340.041.194,07	-340.041,19
2078	1.185.957,27	252.327.185,26	250.977.26	1.185.957,26	285.967.373,39	-285.967,37
2079	1.108.142,38	204.599.027,79	203.490.885,41	1.108.142,18	219.893.512,12	-219.893,51
2080	1.040.664,15	167.304.686,22	166.264.022,07	1.040.664,15	178.736.474,04	-178.736,47
2081	982.089,59	138.522.214,25	137.540.125,08	982.089,59	146.366.633,62	-146.366,63
2082	930.948,57	116.541.329,91	115.610.381,34	930.948,57	121.975.601,42	-121.975,60
2083	885.811,51	99.878.688,15	98.992.766,93	885.811,51	103.556.249,52	-103.556,24
2084	845.311,70	83.276.908,14	82.413.591,42	845.311,70	88.860.678,84	-88.860,67
2085	808.305,39	77.708.154,34	76.899.848,95	808.305,39	78.464.588,64	-78.464,58
2086	773.701,73	71.938.385,62	71.128.472,79	773.701,73	71.198.724,39	-71.198,72
2087	740.641,11	64.427.525,16	63.686.884,05	740.641,11	65.028.025,61	-65.028,02
2088	708.429,68	59.709.499,61	59.001.069,93	708.429,68	60.066.646,95	-60.066,64
2089	676.542,14	55.818.408,56	55.142.14	676.542,14	55.142.14	-55.142,14
2090	644.608,26	52.163.308,33	51.518.700,07	644.608,26	51.518.700,07	-51.518,70
2091	612.399,57	48.905.997,50	48.293.597,92	612.399,57	48.968.292,86	-48.968,29
2092	579.747,53	45.818.306,51	45.238.558,99	579.747,53	45.238.558,99	-45.238,55
2093	546.636,97	42.824.970,02	42.278.333,05	546.636,97	42.839.172,09	-42.839,17
2094	513.118,36	39.883.153,91	39.370.035,54	513.118,36	39.889.203,15	-39.889,20
2095	479.388,29	36.974.800,22	36.495.411,93	479.388,29	36.976.495,41	-36.976,49
2096	445.521,73	34.092.876,98	33.647.355,25	445.521,73	34.094.436,13	-34.094,43
2097	411.600,20	31.236.057,14	30.825.056,93	411.600,20	31.236.802,78	-31.236,80
2098	377.738,35	28.414.027,35	27.938.35	377.738,35	28.414.027,35	-28.414,02
2099	344.226,60	25.642.257,18	25.298.030,58	344.226,60	25.642.257,18	-25.642,25
2100	311.267,37	22.939.896,17	22.628.628,80	311.267,37	22.939.896,17	-22.939,89
2101	279.097,88	20.327.881,54	20.048.783,66	279.097,88	20.327.881,54	-20.327,88
2102	247.959,92	17.827.847,97	17.579.888,05	247.959,92	17.827.847,97	-17.827,84
2103	218.095,63	15.348.895,68	15.103.895,00	218.095,63	15.348.895,68	-15.348,89
2104	189.738,21	13.246.021,46	13.056.283,25	189.738,21	13.246.021,46	-13.246,02

- a) 0 a 20: No atual regime, R\$ 24,98 bilhões de receita, R\$ 219,24 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 194,26. Na estimativa para a PEC, R\$ 17,05 bilhões de receita, R\$ 251,84 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 234,79 bilhões. **Logo, a diferença entre as insuficiências financeiras estimadas é de R\$ 40,53 bilhões.**
- b) 0 a 30: No atual regime, R\$ 25,05 bilhões de receita, R\$ 321,40 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 296,35. Na estimativa para a PEC, R\$ 17,12 bilhões de receita, R\$ 361,06 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 343,94 bilhões. **Logo, a diferença entre as insuficiências financeiras estimadas é de R\$ 47,59 bilhões.**
- c) 0 a 50: No atual regime, R\$ 25,12 bilhões de receita, R\$ 388,56 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 363,44. Na estimativa para a PEC, R\$ 17,19 bilhões de receita, R\$ 433,92 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 416,73 bilhões. **Logo, a diferença entre as insuficiências financeiras estimadas é de R\$ 53,29 bilhões.**
- d) 0 a 80: No atual regime, R\$ 25,14 bilhões de receita, R\$ 391,61 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 366,47. Na estimativa para a PEC, R\$ 17,21 bilhões de receita, R\$ 437,15 bilhões de despesas, resultando em total de insuficiência financeira R\$ 419,94 bilhões. **Logo, a diferença entre as insuficiências financeiras estimadas é de R\$ 53,47 bilhões.**

- IV -

CONCLUSÕES

53. As informações desta Nota Técnica estão embasadas na Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MPS e do DESPACHO nº 58/2025/COAAT/CGAAI/DRPPS/SRPC-MPS. Os cálculos realizados evidenciaram que, permitir a aposentadoria com 25 anos no cargo, sempre que essa for a primeira elegibilidade possível, gera um impacto negativo expressivo, reduz receitas e eleva despesas futuras, ampliando o déficit atuarial. Em outras palavras, a antecipação da aposentadoria compromete de forma significativa o equilíbrio financeiro dos RPPS.
54. Em termos de sustentabilidade, a PEC representa alternativa desfavorável frente à situação atual. A 1ª elegibilidade ajustada amplia o déficit pela redução da base de contribuições. Assim, há comprometimento da sustentabilidade do sistema com impactos significativos sobre o equilíbrio financeiro e atuarial, exigindo avaliação criteriosa quanto à viabilidade de sua adoção pelos regimes públicos e das renúncias que terão que ser feitas em termos de políticas públicas em prejuízo de toda a sociedade.
55. Com base na análise atuarial e orçamentária realizada, concluiu-se que a **PEC nº 14/2021**, ao instituir aposentadoria diferenciada para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) **agrava o desequilíbrio financeiro e atuarial** dos regimes RGPS e RPPS. As projeções indicam:
- a) **Insuficiência acumulada** de R\$ 84,18 bilhões na primeira década, representando acréscimo de R\$ 24,72 bilhões em relação ao cenário atual;
 - b) **Diferença de insuficiência financeira** superior a R\$ 53 bilhões no horizonte de 80 anos;
 - c) **Redução das receitas contributivas e antecipação de benefícios**, comprometendo a sustentabilidade do sistema;
 - d) **Incremento na insuficiência financeira** para o período de 2025 a 2028 correspondente a um de R\$ 31 milhões, com elevação significativa dessa insuficiência a partir de 2031.
56. A PEC eleva as despesas previdenciárias de forma crescente no período avaliado, o que demanda a adoção de medidas compensatórias para manutenção do equilíbrio atuarial e orçamentário. Além do impacto atuarial, há o impacto fiscal permanente, pois a insuficiência é coberta pelo Tesouro do ente federativo.
57. Em síntese, os dados reforçam a necessidade de planejamento estratégico e integração entre os órgãos gestores para mitigar riscos fiscais e garantir a sustentabilidade dos regimes próprios frente às alterações previstas na PEC.
58. Reiteram-se os termos da Nota Técnica SEI nº 591/2025/MPS que aborda outras inadequações da PEC 14/2021 (Anexo I - SEI 55719994).

É o que se tem a informar.

À consideração da Senhora Coordenadora-Geral

Brasília/DF, na data da assinatura.

Documento assinado eletronicamente

MARINA ANDRADE PIRES SOUSA

Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Em exercício no Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

1. De acordo.

2. Ao Senhor Diretor do Departamento.

Documento assinado eletronicamente

CLÁUDIA FERNANDA ITEN

Coordenadora Geral de Normatização e Acompanhamento Legal

1. De acordo.
2. Ao Senhor Secretário de Regime Próprio e Complementar.

Documento assinado eletronicamente

ALEX ALBERT RODRIGUES

Diretor do Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

1. Aprovo a Nota Técnica SEI nº 1065/2025/MPS por seus próprios fundamentos.
2. Encaminhe-se ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado da Previdência Social para resposta ao Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Documento assinado eletronicamente

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

Secretário de Regime Próprio e Complementar



Documento assinado eletronicamente por **Alex Albert Rodrigues, Diretor(a)**, em 15/12/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Andrade Pires Sousa, Auditor(a) Fiscal da Receita Federal do Brasil**, em 15/12/2025, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Fernanda Iten, Coordenador(a)-Geral**, em 15/12/2025, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto dos Santos Pinto, Secretário(a)**, em 15/12/2025, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56216287** e o código CRC **771F86B3**.